



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFRR
2º Trimestre/2021**

Boa Vista-RR
30/07/2021

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Sivaldo Souza Silva

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

Pierlangela Nascimento da Cunha

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

CAMPUS NOVO PARAISO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES

REITORIA

Geórgia Marcelly Gomes Matias

Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI

Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA

Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO

Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	38
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados	39
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora	39
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos por Grupo de Despesa	40
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Pagar por Grupo de Despesa	40
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes	41
Gráfico 7: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Investimento.....	41
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações.....	25
Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos	37
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição	19
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo.....	19
Tabela 3: Estoques - Composição	20
Tabela 4: Imobilizado – Composição	21
Tabela 5: Bens Móveis - Composição.....	21
Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.....	22
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição.....	23
Tabela 8: Intangível – Composição	24
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição	24
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante	25
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar.....	25
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão.....	26
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante	26
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução.....	27
Tabela 15: Precatórios Longo prazo	28
Tabela 16: Desempenho da Realização da Receita.....	33
Tabela 17: Receitas arrecadadas – por origem.....	34
Tabela 18: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita	34
Tabela 19: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa	35
Tabela 20: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)	36
Tabela 21: Outras despesas correntes por elemento de despesa.....	36
Tabela 22 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG	38
Tabela 23 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa	42
Tabela 24: Total de Ingressos (R\$).....	44
Tabela 25: Total de Dispêndios (R\$)	44
Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades.....	48
Tabela 27 – Resumo da DMPL.....	52

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	7
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	9
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	10
3.5 RESTOS A PAGAR	11
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	11
4.1. MOEDA FUNCIONAL	11
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	12
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	12
4.5. ESTOQUES	12
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12
4.7 INVESTIMENTOS	12
4.8 IMOBILIZADO	13
4.9 INTANGÍVEL	13
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS	14
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS	14
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET	15
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	15
4.14 PROVISÕES	15
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	16
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	16
4.16.1 Resultado Patrimonial	16

4.16.2 Resultado Orçamentário	17
4.16.3 Resultado Financeiro.....	17
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	18
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	18
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial	19
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	29
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais.....	30
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	31
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário	33
5.4 BALANÇO FINANCEIRO	43
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro	44
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	46
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	48
5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO JUNHO/2021	50
5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	52

APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 2º trimestre de 2021 fazendo uma comparação com os resultados no final do exercício anterior (dezembro/2020) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (junho/2020).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto

dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e

avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.12 DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações

Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	30/06/2021	31/12/2020
		R\$ milhares	
ATIVO CIRCULANTE		14.844.920,27	13.405.674,62
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.901.769,40	9.721.416,01
Créditos a Curto Prazo		739.637,69	732.229,28
Demais Créditos e Valores		739.637,69	732.229,28
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		3.203.513,18	2.952.029,33
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		130.457.467,82	128.873.261,44
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Créditos a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores		6.607,19	6.607,19
Estoques		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado		130.322.182,23	128.737.975,85
Bens Móveis		46.191.509,20	45.298.263,49
Bens Móveis		61.807.065,88	59.226.434,79
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-15.615.071,93	-13.927.686,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-484,75	-484,75
Bens Imóveis		84.130.673,03	83.439.712,36
Bens Imóveis		85.386.899,38	84.666.156,13
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.256.226,35	-1.226.443,77
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		128.678,40	128.678,40
Softwares		128.678,40	128.678,40
Softwares		128.678,40	128.678,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		145.302.388,09	142.278.936,06
PASSIVO CIRCULANTE		33.765.984,34	29.218.547,40
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		11.843.456,39	7.922.266,40
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		716.555,21	234.898,22
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		88,78	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		21.205.883,96	21.061.382,78
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		144.352,95	144.352,95
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		73.037,87	73.037,87
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		71.315,08	71.315,08
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		33.910.337,29	29.362.900,35
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Resultados Acumulados		111.392.050,80	112.916.035,71
Resultado do Exercício		-1.592.622,07	-198.881,84
Resultados de Exercícios Anteriores		112.916.035,71	114.188.712,93
Ajustes de Exercícios Anteriores		68.637,16	-1.073.795,38
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		111.392.050,80	112.916.035,71
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.302.388,09	142.278.936,06

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 30/06/2021, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 10.901.769,40, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 1.828.846,24	R\$ 1.732.592,33	5,56
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 9.072.923,16	R\$ 7.988.823,68	13,57
Total (Caixa e equivalentes de caixa)	R\$ 10.901.769,40	R\$ 9.721.416,01	12,14

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 9.072.923,16 correspondendo ao aumento de 13,57% em relação ao período 31/12/2020. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 30/06/2021, e correspondem em sua maioria à folha de pessoal do IFRR, e que são processados apenas no 1º dia útil do mês subsequente. A somatória das duas contas corresponde à conta Caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial e apresentou um aumento de 12,14 em 30/06/2021.

Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 30/06/2021 um montante de R\$ 739.637,69. A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Salários e ordenados	R\$ 79.203,83	R\$ 73.795,42	100
Adiantamentos concedidos	R\$ 2.000,00		
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$ 37.014,95	R\$ 37.014,95	0
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 8.094,99	R\$ 8.094,99	0
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$ 613.323,92	R\$ 613.323,92	0
Total	R\$ 739.637,69	R\$ 732.229,28	1,01

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

No 2º trimestre de 2021 a variação em comparação a dezembro de 2020, conforme demonstra a Tabela 2, foi de 1,01%. A conta “Adiantamentos termo de execução

descentralizada” apresenta um registro de R\$ 613.323,92, referente a adiantamento de recursos de créditos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR. Este adiantamento será analisado no decorrer de 2021 considerando a finalização da vigência dos Termos de Execução Descentralizada.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. Em 30/06/2021, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.203.513,18 que estão registrados pelo custo médio ponderado. Na Tabela 3, é apresentada a composição dos estoques no 2º trimestre de 2021:

Tabela 3: Estoques - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%)
Almoxarifado	R\$ 2.498.916,28	R\$ 2.274.864,43	9,85	78,01
Outros estoques – consolidação	R\$ 704.596,90	R\$ 677.164,90	4,05	21,99
Total	R\$ 3.203.513,18	R\$ 2.952.029,33	8,52	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, 78,01% do grupo, no 2º trimestre de 2021. Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou um aumento de 8,52% em relação a 31/12/2020 e percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange ao consumo de insumos no 2º trimestre. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar

benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na Tabela 4, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 2º trimestre de 2021 em comparação ao exercício de 2020.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	30/06/2021 – R\$	31/12/2020 – R\$	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	46.191.509,20	45.298.263,49		
(+) Valor Bruto Contábil	61.807.065,88	59.226.434,79	4,36	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-15.615.071,93	-13.927.686,55	12,12	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75		
Bens Imóveis	84.130.673,03	83.439.712,36		
(+) Valor Bruto Contábil	85.386.899,38	84.666.156,13	0,85	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.256.226,35	-1.226.443,77	2,43	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	
Total	130.322.182,23	128.737.975,85	1,23	89,69

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020.

Em 30/06/2021, o IFRR apresentou um saldo de R\$ R\$ 130.322.182,23 relacionados a imobilizado, o que representa um aumento de 1,23% quando comparado ao período de 31/12/2020. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada de bens móveis, percebe-se uma variação positiva de 12,12% em função da depreciação das aquisições de bens e 2,43% em relação à depreciação de bens imóveis. O imobilizado corresponde a 89,69% do ativo total.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 30/06/2021 totalizavam R\$ 61.807.065,88, correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	30/06/2021 – R\$	31/12/2020 – R\$	AH (%)	AV (%)
Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	18.592.375,23	18.292.077,35	1,64	30,08
Bens de informática	16.395.127,60	14.513.691,74	12,96	26,53
Móveis e utensílios	12.983.002,41	12.742.339,72	1,89	21,01
Material cultural, educacional e de comunicação	5.323.576,63	5.171.883,36	2,93	8,61
Veículos	7.735.686,97	7.735.686,97	0,00	12,52
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,24
Demais bens móveis	627.264,48	620.723,09	1,05	1,01
(=) Valor Bruto Contábil	61.807.065,88	59.226.434,79	4,36	100,00
(-) Depreciação e amortização acumulada	-15.615.071,93	-13.927.686,55	12,12	
(-) Redução ao valor recuperável	-484,75	-484,75	0	
Total	46.191.509,20	45.298.263,47	1,97	

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 30,08% referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total bruto dos Bens Móveis. Apresentou uma variação positiva de 1,64% referente a aquisições de imobilizado no período. Este subgrupo é composto pelas principais contas a seguir, apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.067.384,82	R\$2.044.794,96	1,10	11,12
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 580.689,02	R\$580.689,02	0,00	3,12
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 2.462.926,53	R\$2.410.494,56	2,18	13,25
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.041.363,92	R\$1.041.363,92	0,00	5,60
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 733.020,31	R\$733.020,31	0,00	3,94
Maquinas e equipamentos industriais	R\$ 500.943,00	R\$469.694,46	6,65	2,69
Maquinas e equipamentos energético	R\$ 5.380.063,96	R\$5.236.979,23	2,73	28,94
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 41.114,12	R\$48.914,12	-15,95	0,22
Maquinas, ferramentas e utensílios	R\$ 292.000,78	R\$229.432,78	27,27	1,57
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$302.899,96	0,00	1,63
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$290,00	0,00	0,00
Maquinas e utensílios agropecuário	R\$ 1.469.337,63	R\$1.469.337,63	0,00	7,90
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.264.442,49	R\$1.263.119,02	0,10	6,80
Maquinas e equipamentos – construção	R\$ 301.089,32	R\$301.089,32	0,00	1,62
Maquinas e equipamentos eletroeletrônicos	R\$ 120.707,95	R\$133.556,63	-9,62	0,65
Maquinas, utensílios e equipamento	R\$ 1.949.209,83	R\$1.941.509,84	0,40	10,48
Outras maquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 84.891,59	R\$84.891,59	0,00	0,46
Total	R\$18.592.375,23	R\$18.292.077,35	1,64	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Outra situação que ocorre, é que as transferências entre as unidades precisam ser regularizadas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 30/06/2021 totalizaram R\$ 85.386.899,38 correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7: Bens Imóveis - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial	R\$ 34.085.283,04	R\$ 34.085.283,04	0	39,92
Bens imóveis em andamento	R\$ 49.958.703,15	R\$ 49.245.650,42	1,45	58,51
Instalações	R\$ 1.319.133,19	R\$ 1.311.442,67	0,59	1,54
Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$ 23.780,00	R\$ 23.780,00	0	0,03
Valor Bruto Contábil	R\$ 85.386.899,38	R\$ 84.666.156,13	0,85	100,00
Depreciação acumulada - bens imóveis	-R\$ 1.256.226,35	-R\$ 1.226.443,77	2,43	
Total	R\$ 84.130.673,03	R\$ 83.439.712,36	0,83	

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

De acordo com a Tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 58,51% do valor bruto contábil de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, e teve um aumento de 1,45% em relação a 31/12/2020. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU. Ressalta-se ainda que deve ser feita uma avaliação dos bens imóveis em andamento da Instituição para que se possa transferir os saldos desta conta para conta específica, o que neste caso, envolve vários setores e ações a serem realizadas.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no

nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 8: Intangível – Composição

	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	0
Total	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	

Fonte: SIAFI, Balancete 2021 e 2020

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Em 30/06/2021, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados à intangível não sofrendo variação em relação ao período dezembro/2020. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados em caráter de Longo Prazo.

Em 30/06/2021, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 716.555,21 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante			
Nacionais	R\$ 716.555,21	R\$ 234.898,22	205,05
Não Circulante			
Nacionais			
Total	R\$ 716.555,21	R\$ 234.898,22	205,05

Fonte: Balanço Patrimonial (junho/2021)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um aumento de 205,05% em relação ao período 31/12/20. Esta obrigação foi reduzida com os repasses de recursos no início do mês de julho/2021.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2021.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	123.361,92	0,00	17,22	100
158350 – Campus Boa Vista Centro	322.354,24	85.720,49	44,99	276,05
158351 – Campus Novo Paraíso	140.126,78	13.094,98	19,56	970,08
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	29.832,41	15.283,45	4,16	95,19
158510 – Campus Amajari	100.879,86	120.799,3	14,08	-16,49
Total do Órgão	716.555,21	234.898,22	100,00	205,05

Fonte: SIAFI/Balancete (junho/2021).

Considerando a variação entre o período de dezembro/2020 e junho/2021, a unidade que apresentou menor variação em relação às demais unidades foi o Campus Amajari. Excetuando-se apenas a unidade Amajari, em todas as unidades houve o aumento de obrigações em relação ao período anterior, considerando que o repasse de recursos só ocorreu no início de julho/2021. Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais expressivos a pagar do órgão e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2021.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar

CNPJ	FORNECEDOR	30/06/2021	AV (%)
25278459000182	SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	240.143,26	33,51
84038678000153	IRANEIDE S RODRIGUES	72.203,40	10,08
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	50.327,84	7,02
05936794000113	DIOCESE DE RORAIMA	42.539,55	5,94
12614427000169	MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	40.072,40	5,59
02341470000144	RORAIMA ENERGIA S.A	33.973,72	4,74
12957444000107	GPS PROJETOS E SISTEMAS LTDA	29.832,41	4,16
07857759000134	R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	28.652,83	4,00
32578926000155	DINALAB COMERCIO E SERVICOS EIRELI	19.476,23	2,72
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	17.188,39	2,40

Fonte: SIAFI (junho/2021).

A Tabela 11 demonstra os fornecedores mais expressivos da Instituição, e o percentual de cada fornecedor se refere ao total de contas a pagar em 30/06/2021 no valor de R\$ 716.555,21. O fornecedor mais significativo do 2º trimestre corresponde a 33,51%. A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
25278459000182	Vigilância das unidades CBV e CNP	240.143,26	várias
84038678000153	Limpeza e conservação das unidades CBV e CAM	72.203,40	várias
11892959000103	Construção de 2 alojamentos do CNP	50.327,84	29/06/2021
05936794000113	Aluguel da Reitoria	42.539,55	23/06/2021
12614427000169	Serviços de mão de obra de motoristas das unidades Reitoria, CNP e CAM	40.072,40	várias
02341470000144	Serviços de energia elétrica das unidades Reitoria, CBV, e CAM	33.973,72	várias
12957444000107	Serviços de montagem e instalação de sistema modular de sinalização visual do CZO	29.832,41	17/03/2021
07857759000134	Serviços remanescentes do muro do CAB	28.652,83	28/05/2021
32578926000155	Aquisição de material de consumo laboratorial para o CNP	19.476,23	29/06/2021
05340639000130	Serviços de gerenciamento, controle e abastecimento de frota do CAM	17.188,39	25/06/2021

Fonte: SIAFI (junho/2021).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar pendente até 30/06/2021 se refere empresa Segurpro Vigilância Patrimonial, empresa responsável pelo serviço de vigilâncias dos prédios da instituição.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 30/06/2021, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 21.295.664,55 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	297.776,85	555.924,06	1,40	-46,44
Fornecimento de Bens	5.531.955,92	3.517.261,54	25,98	57,28
Seguros	17.716,69	14.880,99	0,08	19,06
Serviços	15.448.215,09	14.297.734,06	72,54	8,05
Total	21.295.664,55	18.385.800,65	100	15,83

Fonte: Tesouro Gerencial, junho/2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 72,54% ao final de 30/06/2021. Em relação ao período 30/06/2020, houve um aumento de 15,83% de obrigações contratuais. Os contratos com aluguéis apresentaram uma redução de -46,44% em relação ao período 31/12/2020, considerando as liquidações ocorridas referentes ao prédio da Reitoria, e os contratos de serviços apresentaram um aumento de 8,05%. Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2021.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	4.641.818,07	4.754.550,39	21,82	-2,37
158350 – Campus Boa Vista Centro	8.811.715,60	4.069.765,55	41,43	116,52
158351 – Campus Novo Paraíso	4.534.226,47	6.109.417,75	21,32	-25,78
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	1.484.877,88	1.597.652,02	6,98	-7,06
158510 – Campus Amajari	1.796.242,76	1.839.533,95	8,45	-2,35
Total	21.268.880,78	18.370.919,66	100,00	15,77

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

As unidades Reitoria e Boa Vista Centro foram responsáveis por 63,25% do total contratado. O Campus Boa Vista teve um crescimento de 116,52% nas contratações em relação a dezembro/2020. Enquanto o órgão apresentou um aumento de 15,77% em relação ao período de 31/12/2020.

Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2021.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

CNPJ/ Inscrição Genérica		30/06/2021	AV (%)
03746938000143	BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	2.743.874,60	24,67
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	2.296.522,80	20,65
02341470000144	RORAIMA ENERGIA S.A	1.879.574,41	16,90
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	1.359.241,90	12,22
ICC072021	LIMPEZA, CONSERVACAO E HIGIENIZACAO - CBV	1.150.936,30	10,35
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	914.892,75	8,22
14024014000150	MC TECH SOLUCOES EM TI LTDA	778.464,00	7,00
Total		11.123.506,76	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2021).

O contrato mais expressivo de serviço ao fim de 30/06/2021 refere-se ao contrato de serviços de gerenciamento logístico (Almoxarifado Virtual) realizado na Reitoria e Campus Boa Vista, seguido do transporte de alunos do Campus Novo Paraíso.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, cada unidade tem responsabilidade de atualização sobre seus contratos. Assim, para verificar a vigência ou número do contrato pode-se solicitar à administração de cada campus.

Quanto ao controle dos contratos por inscrição genérica, foi elaborado um manual de procedimentos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças visando diferenciar os contratos prestados por uma mesma empresa. Assim, quando da consulta na conta de contratos (aluguel, seguros, serviços e bens) na transação >conrazao no SIAFI, o conta corrente da conta contábil pode estar classificado pelo número do contrato na respectiva unidade gestora (Exemplo: ICC07/2021). Os contratos que não atualizaram a inscrição genérica apresentam o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) como conta corrente da conta contábil.

5.1.1.4 Passivo Não Circulante

Nota 08 – Obrigações trabalhistas, previd. e assist. a longo prazo - Precatórios de Pessoal

Registro contábil realizado por meio do documento 2020NS002534 em 31/12/2020 no valor de R\$ 73.037,87 pela ug/gestão: 090049 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REG.-PREC/RPV dos valores previstos para pagamento de Precatórios emitidos (autuados) a partir de 05/05/20(UNIÃO E ENTIDADES) (158152) e não incluídos em LOA conta 22111.02.00 - Precatórios de pessoal, conforme Of. Presi TRF1-Corej 10556983. Precatórios constante na planilha 12064323 - longo prazo, conforme Orientação Contábil Seana 12090333. PA e SEI 0016694-37.2020.4.01.8000. Obs.: o ano da proposta de inclusão em 2022.

Nota 09 – Demais obrigações a longo prazo - Precatórios de Terceiros

Registro contábil realizado por meio do documento 2020NS002534 em 31/12/2020 no valor de R\$ 71.315,08 pela ug/gestão: 090049 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REG.-PREC/RPV dos valores previstos para pagamento de Precatórios emitidos (autuados) a partir de 05/05/20(UNIÃO E ENTIDADES) (158152) e não incluídos em LOA conta 228911000 - TERCEIROS, conforme Of. Presi TRF1-Corej 10556983. Precatórios constante na planilha 12064323 - longo prazo, conforme Orientação Contábil Seana 12090333. PA e SEI 0016694-37.2020.4.01.8000. Obs.: o ano da proposta de inclusão em 2022.

A provisão das obrigações a pagar está registrada na unidade gestora/gestão: 158152/26437 na conta de controle Precatórios a Pagar no valor de R\$ 144.352,95 e pode ser visualizada conforme Tabela 15 abaixo.

Tabela 15: Precatórios Longo prazo

Conta Contábil	221110200	221110200	228911000	228911000	899910403	899910403
	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM	PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM
Mês Lançamento	JUN/2021	014/2020	JUN/2021	014/2020	JUN/2021	014/2020
Conta Corrente	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$	Saldo - R\$
090049					144.352,95	144.352,95
PR1JD9049	73.037,87	73.037,87	71.315,08	71.315,08		

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2021).

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	73.998.414,25	74.483.572,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	101.470,00	3.559,61
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	101.470,00	3.559,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	73.607.035,04	72.974.725,64
Transferências Intragovernamentais	73.499.192,08	72.931.141,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas	107.842,96	43.583,74
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	174.942,27	1.394.620,46
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.050,71	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	169.891,56	1.394.620,46
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	114.966,94	110.667,13
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	114.966,94	110.667,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	75.591.036,32	74.390.601,27
Pessoal e Encargos	49.905.770,93	48.279.538,08
Remuneração a Pessoal	40.150.847,80	38.516.838,61
Encargos Patronais	7.349.759,85	7.058.572,49
Benefícios a Pessoal	2.361.869,71	2.608.386,93
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	43.293,57	95.740,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.000.924,23	10.054.741,73
Aposentadorias e Reformas	9.888.176,01	9.077.954,10
Pensões	499.528,00	351.769,47
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	613.220,22	625.018,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.088.511,43	6.831.714,03
Uso de Material de Consumo	641.187,31	714.919,10
Serviços	4.730.156,16	5.390.556,98
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.717.167,96	726.237,95
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27,71	-
Juros e Encargos de Mora	27,71	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.242.372,97	7.569.243,44
Transferências Intragovernamentais	7.134.530,01	7.506.528,82
Transferências Intergovernamentais	-	24.651,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	107.842,96	38.063,62
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	212.635,07	1.617.042,66
Incorporação de Passivos	204.255,59	1.613.336,99
Desincorporação de Ativos	8.379,48	3.705,67
Tributárias	7.114,09	3.790,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.178,12	3.153,88
Contribuições	2.935,97	636,95
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	133.679,89	34.530,50
Incentivos	132.459,00	34.160,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.220,89	370,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.592.622,07	92.971,57

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2021 foi deficitário em R\$ **-1.592.622,07** se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 73.998.414,25) e Diminutivas (R\$ 75.591.036,32). As variações aumentativas apresentaram redução de -0,65%, enquanto que as variações diminutivas um aumento de 1,61% em comparação ao mesmo período do exercício de 2020. A despesa com Pessoal e Encargos em junho/2021 foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondendo a 66,02% e apresentando um aumento de 3,37% em relação a junho/2020. A seguir apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida.

26437 - INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA				
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA				
	30/06/2021	30/06/2020	AH	AV - 06/21
	R\$			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	73.998.414,25	74.483.572,84	-0,65%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	101.470,00	3.559,61	2750,59%	0,14%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	73.607.035,04	72.974.725,64	0,87%	99,47%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	174.942,27	1.394.620,46	-87,46%	0,24%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	114.966,94	110.667,13	3,89%	0,16%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	75.591.036,32	74.390.601,27	1,61%	100,00%
Pessoal e Encargos	49.905.770,93	48.279.538,08	3,37%	66,02%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.000.924,23	10.054.741,73	9,41%	14,55%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.088.511,43	6.831.714,03	3,76%	9,38%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27,71	-		0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	7.242.372,97	7.569.243,44	-4,32%	9,58%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	212.635,07	1.617.042,66	-86,85%	0,28%
Tributárias	7.114,09	3.790,83	87,67%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	133.679,89	34.530,50	287,14%	0,18%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(1.592.622,07)	92.971,57	-1813,02%	

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	13.541,00	13.541,00	101.470,00	87.929,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	12.242,00	12.242,00	8.240,00	-4.002,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.242,00	12.242,00	8.240,00	-4.002,00
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.299,00	1.299,00	93.230,00	91.931,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.299,00	1.299,00	93.230,00	91.931,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	69.171.420,00	69.171.420,00	-	-69.171.420,00
Operações de Crédito	69.171.420,00	69.171.420,00	-	-69.171.420,00
Operações de Crédito Internas	69.171.420,00	69.171.420,00	-	-69.171.420,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	69.184.961,00	69.184.961,00	101.470,00	-69.083.491,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	69.184.961,00	69.184.961,00	101.470,00	-69.083.491,00
DEFICIT	-	-	77.138.577,05	77.138.577,05
TOTAL	69.184.961,00	69.184.961,00	77.240.047,05	8.055.086,05
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADÇÃO	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
2º Trimestre/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	139.515.917,00	139.515.917,00	77.183.950,00	59.909.073,81	50.414.489,25	62.331.967,00
Pessoal e Encargos Sociais	113.943.462,00	113.943.462,00	66.925.010,42	54.998.467,49	46.449.180,78	47.018.451,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	25.572.455,00	25.572.455,00	10.258.939,58	4.910.606,32	3.965.308,47	15.313.515,42
DESPESAS DE CAPITAL	332.049,00	332.049,00	56.097,05	-	-	275.951,95
Investimentos	332.049,00	332.049,00	56.097,05	-	-	275.951,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	139.847.966,00	139.847.966,00	77.240.047,05	59.909.073,81	50.414.489,25	62.607.918,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	139.847.966,00	139.847.966,00	77.240.047,05	59.909.073,81	50.414.489,25	62.607.918,95
TOTAL	139.847.966,00	139.847.966,00	77.240.047,05	59.909.073,81	50.414.489,25	62.607.918,95

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	397.280,01	7.520.143,25	3.847.256,15	3.644.818,43	200.142,92	4.072.461,91
Pessoal e Encargos Sociais	-	38.305,58	13.150,52	13.150,52	25.155,06	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	397.280,01	7.481.837,67	3.834.105,63	3.631.667,91	174.987,86	4.072.461,91
DESPESAS DE CAPITAL	2.484.430,83	5.578.883,59	3.306.239,03	3.176.612,50	390.045,17	4.496.656,75
Investimentos	2.484.430,83	5.578.883,59	3.306.239,03	3.176.612,50	390.045,17	4.496.656,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.881.710,84	13.099.026,84	7.153.495,18	6.821.430,93	590.188,09	8.569.118,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.863,39	7.962.431,45	7.961.859,24	1.112,86	8.322,74
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.439.260,33	7.438.886,90	-	373,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.863,39	523.171,12	522.972,34	1.112,86	7.949,31
DESPESAS DE CAPITAL	-	189.775,33	189.775,33	-	-
Investimentos	-	189.775,33	189.775,33	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8.863,39	8.152.206,78	8.151.634,57	1.112,86	8.322,74

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Vale destacar, que o efetivo desempenho do orçamento comparando as receitas e despesas realizadas é feito sob o enfoque orçamentário, ou seja, receitas arrecadadas em confronto com as despesas empenhadas. A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 2º trimestre de 2021.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 2º trimestre de 2021 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 101.470,00, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 77.240.047,05, que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 77.138.577,05.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

No entanto, apesar do déficit orçamentário, podemos observar o desempenho da realização da receita, conforme demonstrado na Tabela 16 a seguir.

Tabela 16: Desempenho da Realização da Receita

Categoria Econômica da Receita	Previsão atualizada	Realização da receita	Saldo
Receitas Correntes	R\$ 13.541,00	R\$ 101.470,00	R\$ 87.929,00
Receitas de Capital	R\$ 69.171.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total da Arrecadação da Receita	R\$ 13.541,00	R\$ 101.470,00	R\$ 87.929,00

Fonte: SIAFI WEB 2021

Pode-se observar que houve um excesso de arrecadação de receitas correntes, pois o total arrecadado nesta categoria foi superior a previsão atualizada, obtendo assim um saldo R\$ 87.929,00.

No entanto, houve uma insuficiência de arrecadação em relação despesa de capital, por se tratar somente de uma previsão de operações de créditos, registrada no balanço do órgão pela Secretaria de Orçamento Federal, no dia 23/04/2021, após a aprovação da Lei Orçamentária do exercício corrente, como Título de Responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido geralmente para a cobertura de déficit orçamentário.

Para entender melhor como as despesas da instituição são pagas, as informações presentes no Balanço Orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do Balanço Financeiro e das Demonstrações de Fluxos de Caixas, os quais demonstram os recursos

financeiros disponíveis de R\$ 101.470,00 (receitas orçamentárias arrecadadas) mais as Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 73.499.192,08 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos e dos restos a pagar inscritos), que perfizeram um total de R\$ 73.600.662,08, para atender às despesas com custeio e de investimentos executadas até o segundo trimestre.

A Tabela 17 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Tabela 17: Receitas arrecadadas – por origem

Receitas Correntes	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Receita Patrimonial	R\$ 12.242,00	R\$ 8.240,00	8,12
Receita de Serviços	R\$ 1.299,00	R\$ 93.230,00	91,88
Total de Receitas Correntes	R\$ 13.541,00	R\$ 101.470,00	100,00

Receitas de Capital	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Operações de Crédito	R\$ 69.171.420,00	R\$ 0,00	-
Total de Receitas (corrente + capital)	R\$ 69.184.961,00	R\$ 101.470,00	-

Fonte: SIAFI WEB 2021

Observa-se que a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à arrecadação total no 2º trimestre. A realização de receita de serviço representa a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 91,88% do total arrecadado.

A Tabela 18 demonstra a composição pela a natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

Tabela 18: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza da receita	Previsão atualizada	Realização da Receita	% Composição
Receita patrimonial			
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 12.242,00	R\$ 8.240,00	8,12
Receitas de serviços			
Serviços administrativos e comerciais gerais	R\$ 1.299,00	R\$ 970,00	0,96
Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos – Principal	-	R\$ 92.260,00	90,92
Receita de capital			
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - MERC.INT.-PRINC.	69.171.420,00	-	-
Total das Receitas	R\$ 69.184.961,00	R\$ 101.470,00	100

Fonte: Tesouro Gerencial

A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação ao total da receita realizada. As receitas provenientes das inscrições de processos seletivos atingiram 90,92% referente ao total de receitas realizadas.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes da Instituição são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado para a sociedade. No segundo trimestre, passou a corresponder 99,76% do total fixado no orçamento.

As despesas de capital foram fixadas em R\$ 332.049,00, que representa 0,24%, do total da dotação atualizada no orçamento. Esta categoria de despesa visa atender gastos com aquisição de equipamentos, materiais permanentes, imóveis, obras e outros.

Conforme apresentado no quadro de despesa do Balanço Orçamentário os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

A Tabela 19 apresenta a execução das despesas correntes por grupo de natureza de despesa.

Tabela 19: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa

Categoria econômica	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	% Execução
Despesas correntes	R\$ 139.515.917,00	R\$ 77.183.950,00	55,32
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 113.943.462,00	R\$ 66.925.010,42	58,74
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 25.572.455,00	R\$ 10.258.939,58	40,12
Despesas de capital	R\$ 332.049,00	R\$ 56.097,05	16,89
Investimentos	R\$ 332.049,00	-	16,89
Total das despesas	R\$ 139.847.966,00	R\$ 77.240.047,05	55,23

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A coluna de percentual indica o total das despesas empenhadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa em relação à dotação atualizada, no segundo trimestre já foram empenhadas 55,23% do total previsto no orçamento para o exercício.

As despesas com pessoal e encargos sociais é o grupo com o maior índice de realização do orçamento, com 58,74% executado em relação à dotação atualizada.

Pode-se observar no balanço orçamentário que, no segundo trimestre, a dotação atualizada fixada, para atender o grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 25.572.455,00, deste total já foram empenhados R\$ 10.258.939,58, o que corresponde a um percentual de 40,12% desta dotação destinada para atender despesas com aquisição de material de consumo, serviços realizados por pessoas físicas e jurídicas, diárias, auxílios e outras despesas, conforme execução demonstrada por elemento de despesa na Tabela 20.

Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa

Elemento Despesa	Despesa Empenhada	AV
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.035.043,73	39,33%
AUXILIO-ALIMENTACAO	1.856.035,54	18,09%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.707.339,31	16,64%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	739.220,89	7,21%
AUXILIO-TRANSPORTE	467.882,83	4,56%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	370.150,95	3,61%
MATERIAL DE CONSUMO	341.641,43	3,33%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	232.634,07	2,27%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	218.269,65	2,13%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	122.400,00	1,19%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	58.912,60	0,57%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	54.603,30	0,53%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	18.535,75	0,18%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.000,00	0,13%
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	9.998,00	0,10%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.621,53	0,08%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	4.650,00	0,05%
Total	10.258.939,58	100,00%

Fonte: SIAFI, Balancete 2021

As despesas com locação de mão-de-obra, auxílio alimentação e outros serviços de terceiros realizados por pessoa jurídica foram executadas, respectivamente, nos valores de R\$ R\$ 4.035.043,73, R\$ 1.856.035,54 e R\$ 1.707.339,3, que representaram o maior volume de gasto com custeios do órgão, representando assim 74,07% do total empenhado deste grupo.

A seguir é apresentada a Tabela 21 referente à movimentação orçamentária.

Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)

Categoria econômica	Dotação atualizada (a)	Descentralizações recebidas Provisões + Destaque (b)	Descentralizações Concedidas Provisões + Destaque (c)	Total de despesas empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a+b-c-d-e)	% Execução
Despesas correntes	139.515.917,00	6.386.335,10	6.118.115,50	77.183.950,00	17.520.675,00	45.079.511,60	55,09
Despesas de capital	332.049,00	R\$ 56.668,76	56.668,76	R\$ 56.097,05	-	275.951,95	0,4
Total das despesas	139.847.966,00	6.443.003,86	6.174.784,26	41.396.588,91	17.520.675,00	34.711.507,69	55,23

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

A coluna execução apresenta o percentual empenhado por categoria econômica em relação à dotação atualizada somada aos destaques recebidos. A Tabela 21 demonstra a composição do crédito disponível do órgão, que é a soma da dotação atualizada mais as descentralizações recebidas (provisões e destaques) menos as descentralizações concedidas (provisões e destaques), o total de despesas empenhadas e o crédito bloqueado.

A conta descentralizações recebidas é composta pela soma das provisões (movimentação interna de créditos) mais destaques recebidos (movimentação de créditos de outros órgãos), e no segundo trimestre foram de R\$ 6.443.003,86.

As provisões de créditos recebidas do MEC em relação à dotação atualizada fixada no orçamento do órgão para atender despesas com custeio e investimentos, no segundo trimestre foram de R\$ 688.423,49.

Já os destaques de créditos recebidos de outros órgãos chegaram a um total de R\$ 268.219,60, no segundo trimestre. Estes créditos foram descentralizados para o IFRR, conforme segue no Quadro 2.

Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos

Unidades Orçamentárias	Valor do Destaque
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	R\$ 11.000,00
Fundo de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – FUNCAPES	R\$ 257.219,60

Fonte: SIAFI Operacional (junho/2021).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, descentralizou o crédito para atender despesas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O Fundo de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – FUNCAPES, descentralizou créditos para implantação de cursos no âmbito do sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB. A conta descentralizações concedidas corresponde às movimentações internas de créditos entre os Campi: Boa Vista, Boa Vista Zona-Oeste, Amajari e Novo Paraíso, que compõem o Instituto Federal de Roraima. A Tabela 21 apresenta a execução detalhada do grupo outras despesas correntes.

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2019 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 14.235.241,86 enquanto que em 2020 o valor de R\$ 15.980.737,68 o que corresponde a um aumento de 12,26%. No Gráfico 1 é apresentada a Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados referente a 2020.

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do valor total, 81,97% correspondem ao exercício de 2020, enquanto que 18,03% a exercícios anteriores. A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 2º Trimestre se deu conforme Tabela 22 abaixo:

Tabela 22 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

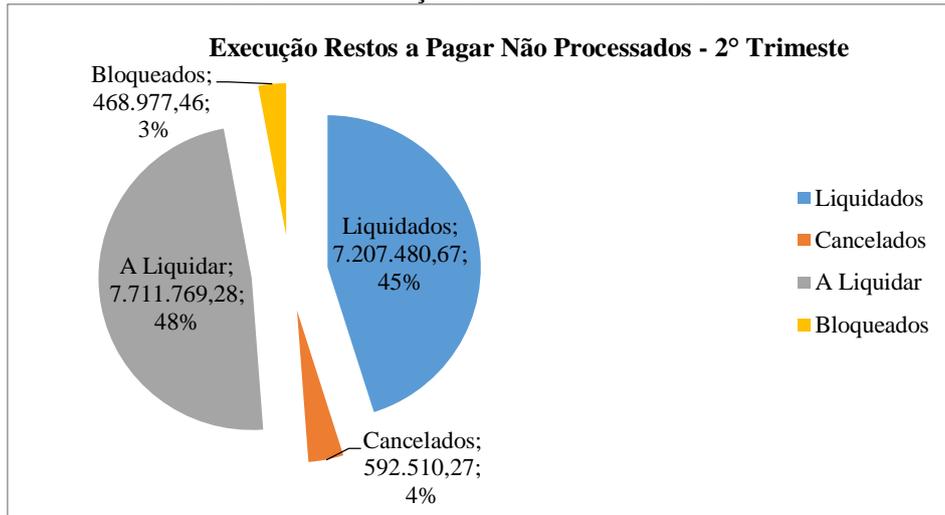
Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	A Liquidar	Pagos	A Pagar	Bloqueados
	(A)		(B)	(C)	(E)=(A)-(B)- (C) - (D)	(F)	(G)=(B)-(F)+(D)+E	
158152	1.831.595,70	283.983,61	765.835,95	156.071,40	1.062558,16	679.197,66	1.280.310,25	131.113,80
158350	3.928.821,20	497.778,35	2.278.558,81	429.328,89	1.703.198,85	2.168.668,18	1.828.602,48	15.513,00
158351	2.492.435,31	1.668.635,25	1.847.238,94	7.109,98	2.150.971,00	1.757.253,50	2.396.707,08	155.750,64
158352	2.321.738,71	150.882,37	752.283,14	-	1.718.462,74	722.220,73	1.750.400,35	1.875,20
158510	2.524.435,92	280.431,26	1.563.563,83	-	1.076.578,53	1.534.074,89	1.270.792,29	164.724,82
TOTAL	13.099.026,84	2.881.710,84	7.207.480,67	592.510,27	7.711.769,28	6.861.414,96	8.526.812,45	468.977,46
	15.980.737,68	%	45,10%	3,71%	48,26%	42,94%	53,36%	2,93%

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2021).

Houve uma redução de -2,61% de Restos a Pagar Inscritos do Exercício 2020 em relação ao exercício 2019, no entanto, um aumento de 266,82% em Restos a pagar Reinscritos referente aos exercícios anteriores, principalmente os empenhos do exercício 2019 que tem validade até 30/06/2021. Do total inscrito e reinscrito foi pago até junho/2021 o percentual de 42,94%, restando um saldo pagar de 53,36%.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 2º trimestre de 2021 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.

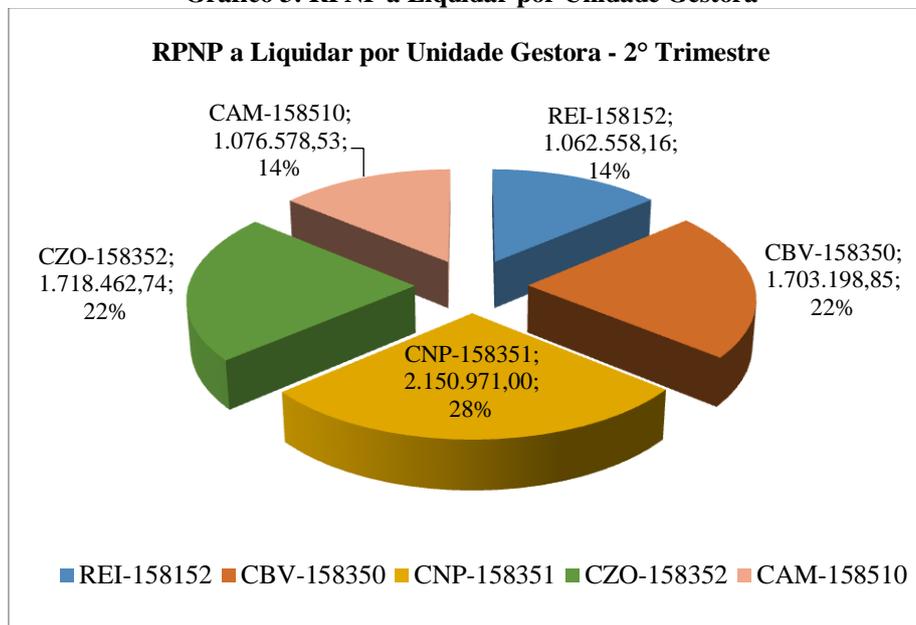
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados



Fonte: Elaborado pelo DCF

Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que desse total até 30/06/2021 houve a liquidação de 45%, o cancelamento de 4%, saldo a liquidar de 48% e rap não processados bloqueados referente a 2019 de 3%. A análise dos empenhos de RPNP referente aos exercícios anteriores é realizada pelos demandantes para que possam ser liquidados ou cancelados.

Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora

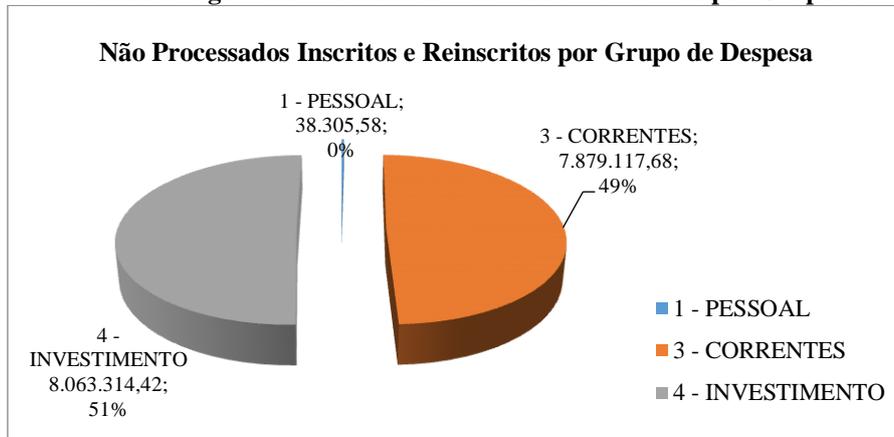


Fonte: Elaborado pelo DCF

Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora 158351 (Campus Novo Paraíso) é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar o que corresponde a 28%, seguida das unidades 158350 (Campus Boa Vista) e 158352 (Campus Zona Oeste, que corresponde a 22%. No

Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2021 é apresentado por grupo de despesa.

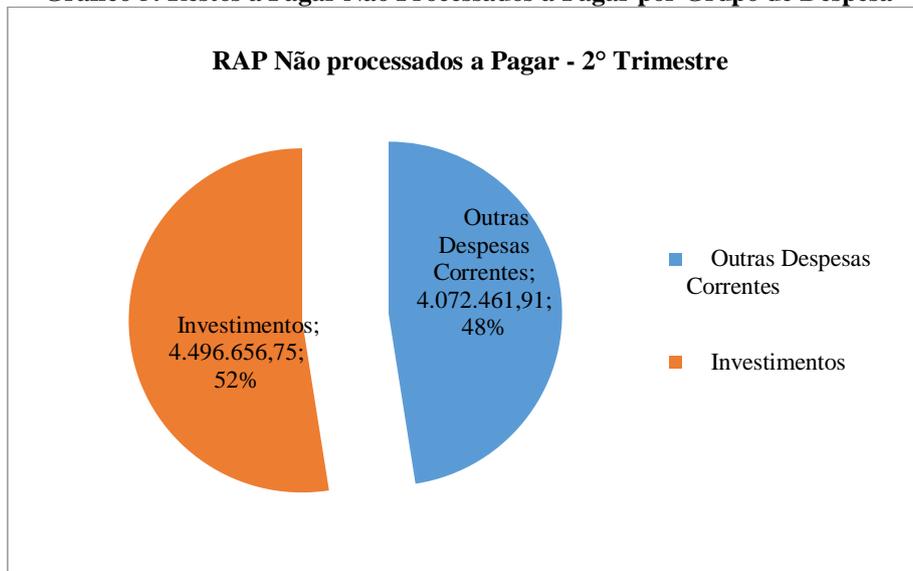
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos por Grupo de Despesa



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total inscrito e reinscrito em Restos a Pagar Não Processados 49% corresponde a outras despesas correntes, enquanto 51% corresponde a despesa com investimento. A despesa com pessoal é evidenciada, mas sua contribuição não é relevante. Além disso, os valores de pessoal inscritos correspondem a despesa com pessoal requisitado do mês de dezembro que é pago em janeiro. No Gráfico 5 os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar é apresentado por grupo de despesa de gasto com saldo em 30/06/ 2021.

Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Pagar por Grupo de Despesa

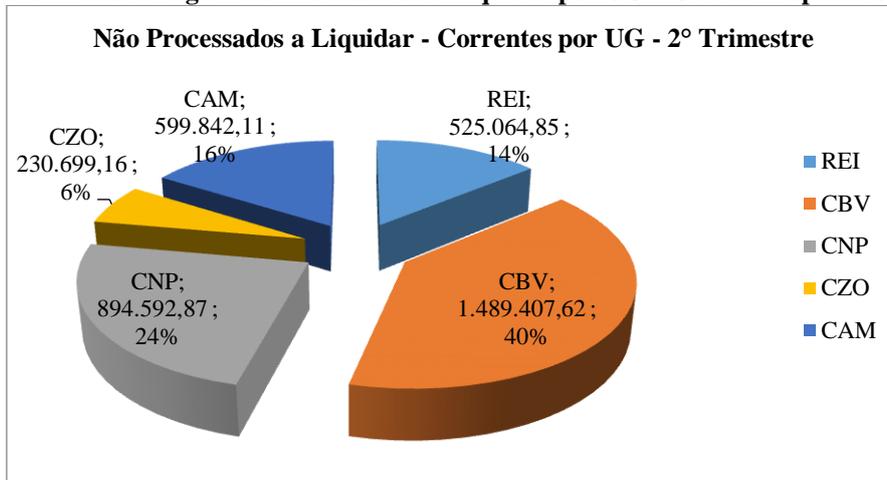


Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total de Restos a Pagar Não Processados a Pagar, 48% corresponde a outras despesas correntes, enquanto 52% correspondem à despesa com investimento. O Gráfico 6

apresenta os percentuais e restos a pagar não processados a liquidar por unidade gestora referentes as despesas correntes.

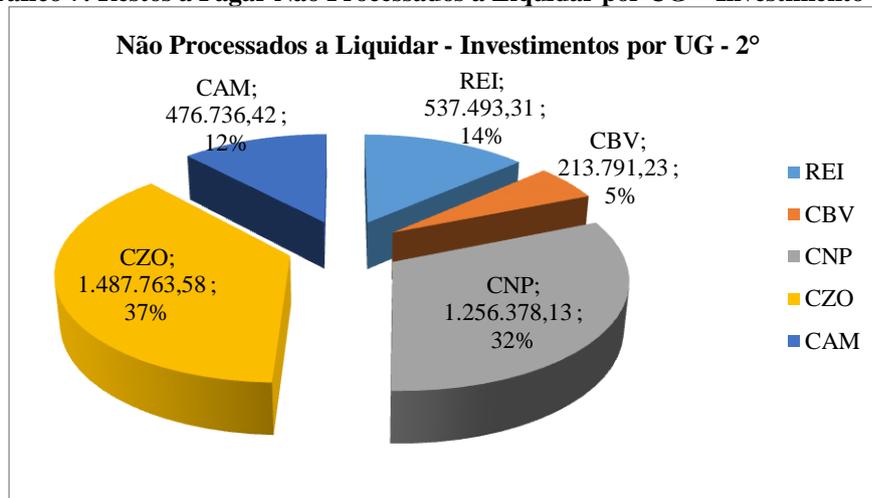
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes



Fonte: Elaborado pelo DCF

Considerando o grupo de despesa outras despesas correntes, a unidade que apresentou maior percentual a liquidar foi a 158350 – Campus Boa Vista. Em seguida, apresenta-se o Gráfico 7 evidenciando as despesas de investimento por unidade gestora.

Gráfico 7: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Investimento



Fonte: Elaborado pelo DCF

A unidade 158352 – Campus Zona Oeste é a que apresenta maior percentual de investimento de restos a pagar não processados a liquidar. Tal situação é explicável tendo em vista a pandemia do corona vírus em 2020 que fez com que as unidades parassem suas atividades de investimentos no que diz respeito a obras. Na Tabela 23 é apresentado um resumo por Unidade Gestora e Grupo de Despesa, evidenciando o quanto ainda falta liquidar em relação ao total inscrito e reinscrito.

Tabela 23 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	158152	158350	158351	158352	158510	TOTAL
CORRENTES R\$	525.064,85	1.489.407,62	894.592,87	230.699,16	599.842,11	3.739.606,61
INVESTIMENTO R\$	537.493,31	213.791,23	1.256.378,13	1.487.763,58	476.736,42	3.972.162,67
TOTAL R\$	1.062.558,16	1.703.198,85	2.150.971,00	1.718.462,74	1.076.578,53	7.711.769,28
CORRENTES %	49%	87%	42%	13%	56%	48%
INVESTIMENTO %	51%	13%	58%	87%	44%	52%

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2021).

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhares

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	101.470,00	3.559,61
Ordinárias	-	-
Vinculadas	101.470,00	3.585,39
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	101.470,00	3.559,61
Recursos a Classificar	-	25,78
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-25,78
Transferências Financeiras Recebidas	73.499.192,08	72.931.141,90
Resultantes da Execução Orçamentária	60.782.563,17	60.239.266,65
Repasso Recebido	59.546.143,84	58.352.481,03
Sub-repasso Recebido	1.236.419,33	1.886.785,62
Independentes da Execução Orçamentária	12.716.628,91	12.691.875,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.206.667,56	12.332.717,94
Movimentação de Saldos Patrimoniais	509.961,35	359.157,31
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	26.970.628,49	27.304.106,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.494.584,56	8.832.403,01
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.330.973,24	18.277.549,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	42.657,58	13.639,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	102.413,11	180.514,17
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	763,82	100.755,00
Arrecadação de Outra Unidade	101.649,29	79.759,17
Saldo do Exercício Anterior	9.721.416,01	10.705.068,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.721.416,01	10.705.068,10
TOTAL	110.292.706,58	110.943.875,93
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	77.240.047,05	77.047.875,22
Ordinárias	69.030.292,57	64.943.069,98
Vinculadas	8.209.754,48	12.104.805,24
Educação	-	74.000,00
Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.045.000,00	640.445,70
Previdência Social (RPPS)	1.164.754,48	11.368.951,74
Dívida Pública	-	10.050,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	11.357,80
Transferências Financeiras Concedidas	7.134.530,01	7.506.528,82
Resultantes da Execução Orçamentária	1.236.419,33	1.886.785,62
Sub-repasso Concedido	1.236.419,33	1.886.785,62
Independentes da Execução Orçamentária	5.898.110,68	5.619.743,20
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.796.461,39	5.539.984,03
Movimento de Saldos Patrimoniais	101.649,29	79.759,17
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	15.016.360,12	16.097.662,92
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.151.634,57	9.116.169,40
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.821.430,93	6.965.517,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	42.657,58	13.639,37
Outros Pagamentos Extraorçamentários	637,04	2.336,44
Demais Pagamentos	637,04	2.336,44
Saldo para o Exercício Seguinte	10.901.769,40	10.291.808,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.901.769,40	10.291.808,97
TOTAL	110.292.706,58	110.943.875,93

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 24 e 25 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 2º Trimestre 2021 em relação ao 1º Trimestre 2021:

Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	30/06/2021	30/06/2020	AV (%)	AH(%)
Receitas Orçamentárias	101.470,00	3.559,61	0,09	2750,59
Transferências Financeiras Recebidas	73.499.192,08	72.931.141,90	66,64	0,78
Recebimentos Extraorçamentários	26.970.628,49	27.304.106,32	24,45	-1,22
Saldo do Exer. Anterior–Caixa e Equivalente de Caixa	9.721.416,01	10.705.068,10	8,81	-9,19
Total	R\$ 110.292.706,58	R\$ 110.943.875,93	100,00	-0,59

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Como pode ser observado as Receitas Orçamentárias tiveram um aumento considerável de 2750,59% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido às inscrições arrecadadas referente ao vestibular realizado no primeiro e segundo trimestres de 2021 pelos Campi Boa Vista e Novo Paraíso.

As Transferências Recebidas correspondem a 66,64% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação positiva de 0,78%.

Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 24,45% do total dos ingressos e teve uma variação de -1,22% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se os restos a pagar dos exercícios anteriores que foram inscritos neste exercício.

O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve uma redução de -9,19% em relação ao exercício anterior. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil do mês seguinte.

No 2º trimestre de 2021 pode-se observar que houve uma redução no total de ingressos de -0,59% em relação a 2020. Na Tabela 25 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios.

Tabela 25: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	30/06/2021	30/06/2020	AV (%)	AH(%)
Despesas Orçamentárias	77.240.047,05	77.047.875,22	70,03	0,25
Transferências Financeiras Concedidas	7.134.530,01	7.506.528,82	6,47	-4,96
Pagamentos Extraorçamentários	15.016.360,12	16.097.662,92	13,62	-6,72
Saldo p/ o Exer. Seguinte–Caixa e Equivalente de Caixa	10.901.769,40	10.291.808,97	9,88	5,93
Total	R\$ 110.292.706,58	R\$ 110.943.875,93	100,00	-0,59

Fonte: SIAFI 2021 e 2010.

As despesas pagas, que compõem 70,03% do total das saídas de recursos, tiveram aumento de 0,25%. As transferências financeiras concedidas tiveram um decréscimo de -

4,96%. Os pagamentos extraorçamentários tiveram redução de -6,72% e o saldo e equivalente de caixa um aumento de 5,93%.

Com base nas informações presentes nas Tabelas 24 e 25 pode-se observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 1.180.353,39 que corresponde à diferença do saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte e o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	R\$ milhares	
	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.546.741,22	3.121.840,56
INGRESSOS	73.744.968,95	73.028.100,05
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	8.240,00	2.998,51
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	93.230,00	561,10
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	73.643.498,95	73.024.540,44
Ingressos Extraorçamentários	42.657,58	13.639,37
Transferências Financeiras Recebidas	73.499.192,08	72.931.141,90
Arrecadação de Outra Unidade	101.649,29	79.759,17
DESEMBOLSOS	-69.198.227,73	-69.906.259,49
Pessoal e Demais Despesas	-54.801.520,69	-55.429.003,32
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-8.809.945,05	-7.961.178,67
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-45.990.285,98	-47.568.579,65
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-2.053,48	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	763,82	100.755,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-

Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-7.218.882,41	-6.954.751,54
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.218.882,41	-6.940.064,58
Outras Transferências Concedidas	-	-14.686,96
Outros Desembolsos Operacionais	-7.177.824,63	-7.522.504,63
Dispêndios Extraorçamentários	-42.657,58	-13.639,37
Transferências Financeiras Concedidas	-7.134.530,01	-7.506.528,82
Demais Pagamentos	-637,04	-2.336,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.366.387,83	-3.535.099,69
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.366.387,83	-3.535.099,69
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.158.412,65	-3.535.099,69
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-207.975,18	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.180.353,39	-413.259,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.721.416,01	10.705.068,10
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.901.769,40	10.291.808,97

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

As informações extraídas dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos em caixa foram utilizados.

A demonstração de fluxo de caixa é classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 99,86% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação e outros órgãos que realizam parcerias com a instituição.

No final do 2º trimestre de 2021 o valor total de ingressos no caixa e equivalentes de caixa do órgão foi de R\$ 73.744.968,95, que é composto pela soma das receitas realizadas, dos ingressos extraorçamentários, das transferências financeiras recebidas e da arrecadação de outra unidade.

Vale ressaltar que o IFRR, por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação. A arrecadação de receita própria corresponde apenas 0,14% do total de recursos financeiros que compõem o caixa e equivalentes de caixa da Instituição.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Apresenta-se a seguir a Tabela 26, que faz uma análise horizontal, entre o 2º trimestre de 2021 e 2020, referente aos fluxos de caixa de cada atividade, geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa inicial e caixa e equivalentes de caixa final.

Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades

ATIVIDADES	2021	2020	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 4.546.741,22	R\$ 3.121.840,56	-30,11%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-R\$ 3.366.387,83	-R\$ 3.535.099,69	-4,77%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 1.180.353,39	-R\$ 413.259,13	-385,62%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$ 9.721.416,01	R\$ 10.705.068,10	-9,19%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 10.901.769,40	R\$ 10.291.808,97	5,93%

Fonte: SIAFI Web, 2021 e 2020

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a Tabela 26, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no 2º trimestre, foi positiva em R\$ 1.180.353,39, que coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A coluna da análise horizontal, da Tabela 26, demonstra que houve uma redução de - 385,62% dos desembolsos realizados no 2º trimestre de 2021 em relação ao 2º trimestre de 2020, ou seja, os volumes de pagamentos e de transferências financeiras foram menores no segundo trimestre de 2021.

O demonstrativo apresenta saldo no fluxo de caixa nas atividades de investimento somente em relação aos desembolsos. No final do 2º trimestre de 2021 foi desembolsado R\$ 3.366.387,83, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, aquisição de máquinas, equipamentos, instalações e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 2º trimestre de 2020 quanto em 2021.

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO JUNHO/2021

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	114.188.712,93	-	-	114.188.712,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-1.073.795,38	-	-	-1.073.795,38
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-198.881,84	-	-	-198.881,84
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	112.916.035,71	-	-	112.916.035,71

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	112.916.035,71	-	-	112.916.035,71
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	68.637,16	-	-	68.637,16
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-1.592.622,07	-	-	-1.592.622,07
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
2º Trimestre/2021

Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	111.392.050,80	-	-	111.392.050,80

5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Tabela 27 é apresentado o resumo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Tabela 27 – Resumo da DMPL

Especificação	Resultados Acumulados	AH(%)
Saldo Inicial do Exercício 2020	114.188.712,93	
Saldo Final do Exercício 2020	112.916.035,71	-1,11
Saldo Inicial do Exercício 2021	112.916.035,71	
Saldo Final do Exercício 2021	111.392.050,80	-1,35

Fonte: SIAFI Web, DMPL 2021 e 2020

Em análise aos resultados acumulados do período junho/2021 pode-se perceber que o saldo final em relação ao saldo inicial sofreu uma variação negativa de -1,35%. Em relação ao exercício 2020, essa variação se deu negativa em -1,11%.